

POLÍTICA EXTERIOR

A política externa dos Estados Unidos para a América Latina: alguns aspectos do segundo mandato de George W. Bush

Alessandro Shimabukuro*, Marcos Alan F. S. Ferreira**
y Paulo R. Pereira***

Introdução

Panorama da política externa norte-americana para a América Latina no 2º mandato de George W. Bush

"Should I become president, I will look south, not as an afterthought, but as a fundamental commitment to my presidency".

George W. Bush, agosto de 2000

Na campanha para a presidência dos Estados Unidos em 2000, George W. Bush declarou que a América Latina teria prioridade em sua política externa.¹ Um sinal desse comprometimento foi seu primeiro encontro como presidente dos Estados Unidos com Vicente Fox, presidente do México.²

O foco para a região seria em temas econômicos e comércio (temas de interesse para os países latino-americanos), sendo o principal a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). O continuado conflito na Colômbia permanecia como um problema, sendo o Plano Colômbia o principal meio de comprometimento norte-americano ao combate à produção e tráfico de drogas. E Hugo Chavez se apresentava cada vez mais como um líder contrário aos interesses norte-americanos, outro desafio crescente.³

Com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos voltaram sua atenção para assuntos de segurança e o foco de

Pesquisadores do OREAL – Observatório das Relações Estados Unidos-América Latina

* Mestre em Relações Internacionais (San Tiago Dantas), São Paulo, alex_shima@yahoo.com

** Mestre em Relações Internacionais (San Tiago Dantas), São Paulo, marcosalan@gmail.com

*** Doutorando em Ciência Política (Unicamp), Campinas, pjpereira@uol.com.br

¹ *New York Times* (Late Edition [East Coast]): "In Speech, Bush Sets Goal of Free-Trade Agreements With Latin Nations", New York, Aug 26, 2000, p. A.9; NEAL, Terry M.: "Bush Vows to Push For Stronger Ties To Latin America", *The Washington Post*, Washington, D. C., Aug 26, 2000, p. A.06.

² John O' Sullivan: "Bush's Latin beat", *National Review*; Jul 23, 2001; 53, 14; Research Library, p. 35; Michael Shifter: "A Shaken Agenda: Bush and Latin America", *Current History*; Feb 2002; 101, 652; Research Library p. 51.

³ *OxResearch*: "US/LATIN AMERICA: Care Required by Bush Team", Oxford: Jan 19, 2001, p. 1; Robert L. Bartley: "Thinking Things Over: Latin America Needs Attention", *Wall Street Journal* (Eastern edition), New York, Jun 18, 2001, p. A.19; *The Economist*: "United States: But does he really love her?; George Bush and Latin America", London, Mar 23, 2002, Vol. 362, Iss. 8265; p. 45.

sua política externa para o Oriente Médio, praticamente ignorando a América Latina. Esse desinteresse pela região não é característica da administração Bush nem consequência apenas do novo enfoque na “guerra ao terror”, mas faz parte de um processo de crescente desinteresse norte-americano pela região desde meados da década de 1990.

Com o fim da Guerra Fria, e na medida em que os países latino-americanos concluíam suas transições para regimes democráticos e economias de mercado, houve entusiasmo de que as relações com os Estados Unidos entrariam uma nova fase, livre de preocupações e constrangimentos geopolíticos e de segurança.

Diversas cúpulas e reuniões hemisféricas no início da década refletiam o interesse por essa oportunidade em redefinir as relações dos Estados Unidos com a América Latina. A proposta para a formação da ALCA foi reflexo desse entusiasmo.⁴

Nos anos seguintes, esse entusiasmo foi diminuindo. Bill Clinton foi incapaz de conseguir “fast track” para negociar os acordos comerciais com os países latino-americanos. As reformas econômicas nos países da América Latina, taxadas de “neo-liberais” e apoiadas por Washington, não conseguiram gerar o desenvolvimento prometido, gerando descontentamento das populações com seus governos, e crises nos regimes democráticos.⁵

O crescente desinteresse dos Estados Unidos pela América Latina quando Bush tomou posse no início de 2001 já estava presente, apesar das promessas de campanha de dar maior atenção à região.

Após os atentados de 11 de setembro, duas crises notáveis na América Latina, a crise econômica na Argentina (no final de 2001), e o golpe na Venezuela (em abril de 2002), demonstraram a falta de interesse e respostas adequadas dos Estados Unidos, refletindo a baixa prioridade da região na política externa do país (sendo criticada por outros governos da região como distraída ou mesmo negligente).⁶

Outro sinal de desinteresse pela região foi a paralisia nas negociações da ALCA desde a reunião em Quebec, em abril de 2001.⁷ O acesso ao mercado norte-americano (principalmente através do fim de barreiras à agricultura), uma das principais reivindicações dos países latino-americanos para o desenvolvimento da região, foi um tema que não avançou nos últimos anos. Até o final do primeiro mandato do presidente Bush apenas o acordo de livre comércio com o Chile foi estabelecido.

⁴ Michael Shifter: “A shaken agenda: Bush and Latin America”, *Current History*; Feb 2002; 101, 652; Research Library, p. 51

⁵ Peter Hakmin: “Is Washington Losing Latin America?”, *Foreign Affairs*, New York, Jan/Feb 2006, Vol. 85, Iss. 1; p. 39. Alexandra Starr: “How the US went wrong in Latin America”, *The Christian Science Monitor*, Boston, Mass, Mar 15, 2006, p. 09.

⁶ Michael Shifter, ob. cit; Michael M., Philips and Jim Vandehei: “Latin Relations Take a Detour --- Terror War, Politics Sidetrack Bush Outreach to Southern Neighbors”, *Wall Street Journal* (Eastern edition), New York, Apr 19, 2002, p. A.4; Jorge I. Domínguez: “A View From Latin America”, *Foreign Policy*, Jul/Aug 2003; 137. p. 34; *The Economist*: “United States: But does he really love her?; George Bush and Latin America”, London, Mar 23, 2002, Vol. 362, Iss. 8265; p. 45.

⁷ Carlos Lozada: “Forget Latin America: It’s barely on Washington’s radar”, *Commonweal*, Feb 14, 2003; 130, 3; Research Library, p. 7; Christopher Marquis: “U.S. Hasn’t Kept Promise to Latin America, Critics Say”, *New York Times* (Late Edition [East Coast]), New York, May 19, 2002, p. 1.14.

A vitória de Bush nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2004 indicava que não haveriam grandes mudanças na política norte-americana para a região.⁸

Até o momento, as negociações da ALCA continuam paralisadas, levando os Estados Unidos a adotarem negociações de acordos comerciais bilaterais com alguns poucos países da região. Em 2005 as negociações do CAFTA, iniciadas no primeiro mandato de Bush, foram concluídas.

Um tema de política doméstica norte-americana que terá consequências externas é o atual debate no Congresso dos Estados Unidos sobre imigração, um tema de interesse para o México, e os países da América Central e Caribe.

As principais preocupações norte-americanas na América Latina continuam sendo o conflito na Colômbia e Hugo Chavez. Após o golpe falido de 2002 na Venezuela contra seu regime, Chavez intensificou sua retórica anti-americana, gerando diversas crises com os Estados Unidos e também com alguns países vizinhos. Hugo Chavez declarou interesse em estreitar as relações da Venezuela com a China, buscando um pólo alternativo aos Estados Unidos⁹.

Mas a preocupação principal da política externa dos Estados Unidos no momento é o combate ao terrorismo fundamentalista islâmico. A América Latina permanecerá como um interesse periférico dos Estados Unidos em relação a esse tema. Entretanto, dois temas: corrupção e terrorismo na América Latina, podem despertar a atenção norte-americana para a região, podendo ser agravadas pelo enfraquecimento dos regimes democráticos latino-americanos e o risco de surgimento de “estados falidos”.

Parte I

Perspectiva norte-americana sobre a corrupção na América Latina

A corrupção política é um problema que aflige em alguma medida todos os países. Naqueles em desenvolvimento esse problema tem um relevo substancial. Isso pode ser visto claramente pelo índice de percepção sobre corrupção de 2005 promovido pela Transparency International (TI).¹⁰ O índice, que hoje contempla algo em torno de 160 países do mundo, classifica o grau de corrupção numa escala de 0 a 10, em que

⁸ *OxResearch*: “LATIN AMERICA/US: Bush win implies policy continuity”, Oxford, Nov 11, 2004, p. 1: “CONCLUSION: Latin America will not figure prominently on the US foreign policy agenda in the next four years, with financial and political resources directed chiefly to Iraq and the war on terrorism. Continuity, rather than change, will predominate over the next term, in line with the pattern in recent years [...]”.

⁹ Peter Hakim: “Is Washington Losing Latin America?”, *Foreign Affairs*, New York, Jan/Feb 2006, Vol. 85, Iss. 1; p. 39.

¹⁰ Corruption Perception Index 2005, (http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2005). De maneira ampla a corrupção é o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de maneira diversa dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa. Desse modo, corrupto é aquele que desempenha um papel ilegal, utilizando das atribuições de que dispõe suas funções, no meio estadual, infringindo o arcabouço jurídico da sociedade. O nepotismo e o peculato são as ações de corrupção mais conhecidas (Cf. BOBBIO, MATTEUCCI, PAQUINO, Dicionário de Política, 5ª edição, Vol. 1, p. 291-292).

10 corresponde ao menor grau de corrupção percebida e 0 o maior grau. Nesse espectro os países da América Latina estão, na sua maioria, em uma situação bastante incômoda, numa média de 4.0. Brasil e Argentina têm, respectivamente, 3.7 e 2.8. Índices alarmantes para dois países de grande importância no cenário latino-americano. Já em 2003, o diretor para Governabilidade Global e Capacidade do Bird, Daniel Kaufmann, afirmava ser possível estimar que o valor mundial de desvios causados pela corrupção chegavam a US\$ 3 trilhões anuais.¹¹

Os Estados Unidos, enquanto uma potência de expressão mundial, enxergou desde algumas décadas, a necessidade de combater essa prática que, por instabilizar países e regiões, colocaria em xeque a capacidade de extensão do seu modelo político-social. No continente americano o combate à corrupção vem ganhando a característica de uma cruzada, haja visto que somente durante o ano de 2004 esse país gastou somas superiores a 15 milhões de dólares com uma série de programas de combate à corrupção na América Latina em países como Bolívia, Colômbia, Nicarágua.¹²

Assim, os Estados Unidos tem atuado por meio de sua Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e pelo próprio Departamento de Estado em políticas que possam dar resposta ao problema da corrupção na América Latina. Esse combate se insere num movimento mais global do governo norte-americano desde a criação do Foreign Corrupt Practices Act ("FCPA") de 1977. Incia-se aí o processo de convencimento da comunidade internacional para reconhecer a corrupção como um tema para enfrentamento global.¹³ O estímulo a essa postura se encontrava no prejuízo do comércio norte-americano por todo o mundo. Até recentemente, algo em torno de 10 anos atrás, a corrupção ainda era discutida em fóruns internacionais de maneira desconectada do contexto de leis contra o crime e tráfico de drogas. Esse quadro muda radicalmente nos anos 90, quando fica patente o fato de que lutar contra a corrupção era lutar pelos próprios interesses nacionais. E assim, em 1996, vários países americanos influenciados pelos Estados Unidos, iniciaram conversações multilaterais focadas em ações anticorrupção que viriam a desembocar na Convenção Inter-Americana Contra a Corrupção.¹⁴

Para o governo do presidente George W. Bush, mesmo com os acontecimentos de 11 de setembro que acabaram reorientando certas prioridades, as iniciativas anti-corrupção na América Latina configuram uma

¹¹ Cf. *JB Online* de 12/12/2003.

¹² U. S. D. S. Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs, Funded Anticorruption Programs for Fiscal Years 2004 and 2005 (<http://www.state.gov/p/inl/rls/other/55942.htm#wha>).

¹³ Cf. John Brandolino, director for Anticorruption and Governance Initiatives; Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs January 1, 2003 (<http://www.state.gov/p/inl/rls/op/2001/17190.htm>).

¹⁴ Há de se fazer referência ao fato de que a progressiva organização da sociedade civil a partir da década de 80 influenciou em muito a postura internacional de combate à corrupção. Vozes como a da Transparency International, mas também de organismos multilaterais, destacando-se o trabalho das Nações Unidas com seu fórum bienal, somados a esforços tais como a da Convenção Anti-suborno da OECD (1998), a da Convenção de Leis Europeias Cíveis e Criminais sobre Corrupção (1999), a do Pacto de Estabilidade Anti-corrupção para o Leste Europeu (2000), a do Protocolo Anti-corrupção – SADC (2000) e a do OECD/ADB Pacto Anti-corrupção Asia-Pacífico (2001) mostram essa mudança de atitude.

política externa chave. Em 2003 a política anti-corrupção do governo Bush já estava delineada, incorporando a temática terrorista e o conceito de *estados falidos*. De acordo com John Brandolino, diretor para Iniciativas de Anti-corrupção e Governança,¹⁵ tal política trabalhava em dois âmbitos. Do lado econômico, a corrupção afetava os norte-americanos ao desequilibrar a concorrência internacional capitalista, proporcionando benefícios e facilidades a empresas estrangeiras de maneira ilícita. No que se refere à segurança, seria correto afirmar que a corrupção tendia a incentivar o crescimento das organizações criminosas internacionais. Começando pelo efeito desestabilizador que teria sobre os sistemas políticos e democráticos, a corrupção causaria dificuldades para o investimento estrangeiro, sufocando o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, distorcendo preços e destruindo o sistema judicial.

O quadro se tornaria alarmante para o governo norte-americano a partir do momento em que democracias emergentes (países da América Latina seriam um ótimo exemplo), que seriam particularmente vulneráveis à corrupção, se desestabilizassem e encontrassem dificuldades para o manutenção do *estado de direito*. Nesse cenário de governos pobres o fanatismo (político ou religioso) poderia desenvolver, terreno fértil para práticas terroristas. Utilizando a corrupção como instrumento, o terrorismo local poderia facilitar a sua colaboração com organizações criminosas internacionais e ligar-se a redes de tráfico para financiar as suas atividades. De acordo com Brandolino, oficiais corruptos, conscientes ou não, tendem a auxiliar terroristas ao viabilizar a lavagem de dinheiro e o comércio ilegal de armas, passaportes, drogas e pessoas. Grupos terroristas, num meio corrupto podem ainda se beneficiar do suborno tanto para obter informações governamentais como para se mover pelas fronteiras e encontrar proteção.

Nesses termos, a manutenção da estabilidade hemisférica pelos Estados Unidos, à qual a corrupção se mostra como um grave risco, vai de encontro à sua própria segurança nacional.

O governo Bush em 2005 continua seguindo a mesma lógica dos argumentos fornecidos por Brandolino em 2003 no que se refere ao diagnóstico e combate à corrupção. Na mensagem presidencial para o IV Fórum Global de Luta Contra a Corrupção que ocorreu em Brasília em junho, o presidente também fazia referência a como “a prática da corrupção solapa as instituições governamentais, impede o desenvolvimento econômico e social, e cria sombras que erodem a confiança pública”.¹⁶ Bush, em outros momentos, definiria a cruzada contra o terrorismo, juntamente “com o narcotráfico e a lavagem de dinheiro, como os maiores desafios a ser enfrentados pelos líderes mundiais”.¹⁷ Já Condoleezza Rice, como Secretária de Estado, em entrevista concedida ao *Post*, alertava para o que nós poderíamos chamar de dilema da corrupção. Ele se resumiria pela constatação de que, mesmo a partir do diagnóstico da necessidade de

¹⁵ Cf. John Brandolino, ob. cit.

¹⁶ Mensagem do Presidente Bush para o IV Fórum Global de Combate a Corrupção, 9/06/2005, <http://usinfo.state.gov/ei/Archive/2005/Jun/10-526829.html>.

¹⁷ Apud., O Estado de São Paulo, 07/11/2005.

superação da pobreza e do parco desenvolvimento de países aliados, no sentido de evitar o florescimento de ideologias estranhas e ameaçadoras, a ajuda financeira norte-americana encontra sérias dificuldades para se tornar uma arma efetiva quando os países contemplados possuem altos índices de corrupção, uma vez que o dinheiro nunca se tornaria um programa efetivo de melhorias. Enfim, para superar a corrupção e a pobreza seriam necessários programas com financiamentos, mas, para que tal dinheiro tenha algum efeito, seria necessário que se baixassem os níveis de corrupção. O único modo viável nessa situação é que ações políticas internacionais estivessem apoiadas em uma série de ações dos governos locais coibí-la.¹⁸

Parte II

Preocupações norte-americanas com o desenvolvimento do terrorismo latino-americano

Assim como a corrupção, o terrorismo é uma ameaça de grande preocupação para o governo norte-americano na região. No contexto latino-americano, a idéia de terrorismo tem sido invocada a cada dia mais após os atentados aos EUA em setembro de 2001. Destarte, percebe-se que uma definição exata e universal de terrorismo barra na percepção subjetiva que este conceito carrega, podendo variar conforme diversos fatores. O medo e sentimentos próprios que cada povo ou indivíduo carrega irão determinar decisivamente o que é o terrorismo.¹⁹

No caso da percepção norte-americana com relação à América Latina, as acusações de terrorismo são atribuídas nos dias de hoje aos grupos narcoterroristas²⁰ de alguns países andinos e também no indicativo de que outros países, tais como Cuba e Venezuela, não estariam colaborando no combate ao terror. No relatório do Departamento de Estado dos EUA "Country Reports on Terrorism", publicado em abril de 2006, é dito que o "Terrorismo no Hemisfério Ocidental tem sido originalmente perpetrado por organizações narcoterroristas estabelecidas na Colômbia e por remanescentes de grupos andinos de esquerda. Com exceção dos EUA e Canadá, não há conhecimento de células terroristas no hemisfério, embora grupos dispersos de apoiadores ideológicos e facilitadores na América do Sul e Caribe forneçam apoio financeiro, logístico, e moral a grupos no Oriente Médio. Cuba continua um Estado apoiador do terrorismo, enquanto a Venezuela virtualmente cessou sua cooperação na guerra global ao terror, tolerando terroristas em seu território e buscando

¹⁸ Apud., *Post*, 25/03/2005.

¹⁹ Héctor L. Saint Pierre: "Guerra de todos contra quién? La necesidad de definir 'terrorismo'", em Ernesto López (compilador), *Escritos sobre terrorismo*, Buenos Aires, Prometeo, 2004.

²⁰ O uso do termo "narcoterrorismo" no sentido de unir tanto os narcotraficantes como os grupos guerrilheiros de esquerda de alguns países andinos (como o Peru com o "Sendero Luminoso" e a Colômbia com as "FARC-Fuerzas Armadas Revolucionarias de la Colombia", por exemplo) é algo questionável. Haja vista que tal termo simplifica um problema de demasiada complexidade, tal como é a intrincada situação política de países tais como a Colômbia. Sobre esse aspecto, cf. Fabio Borges, *Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005)*, São Paulo, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), 2006. 150 p.

aproximar relações com Cuba e Irã, ambos Estados apoiadores do terrorismo”.²¹

No entanto, apesar das preocupações expressadas, o terrorismo vem diminuindo sua intensidade na América Latina. No sentido de manter baixo o índice de terrorismo no continente, esforços foram feitos em 2005 para a troca de informações entre os EUA e os demais países para rastrear quaisquer indícios e suspeitas de indivíduos em participação e (ou) apoio ao terrorismo.

Um exemplo destes esforços é a cooperação na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), em que o governo de George W. Bush firmou a entrada no Grupo de Segurança da Área da Tríplice Fronteira, compreendendo agora os três países geograficamente participantes mais os Estados Unidos. Além disso, em setembro de 2005 os Estados Unidos referendaram o envio de 400 soldados para o Paraguai para um período de serviço de um ano e meio.²² Tal presença —argumentada em prol de uma ajuda humanitária, do combate ao terrorismo, ao narcotráfico e à corrupção— tem causado desconforto nos países vizinhos, já que esse envio de soldados poderia ser um primeiro passo para o estabelecimento de uma base norte-americana no Cone Sul.

Diferente dos relatórios governamentais de anos anteriores, um fato novo que vem à tona no “Country Reports on Terrorism” de 2006 é a acusação contra a Venezuela como um país que pouco vem ajudando no combate ao terrorismo. Nas palavras do Departamento de Estado, “a cooperação venezuelana na campanha internacional de combate ao terrorismo continua desprezível”.²³ Ainda, os Estados Unidos acusam a Venezuela de abrigar membros terroristas das FARC e aprofundar suas relações com países terroristas, tais como Cuba e Irã.

Pouco se tem provado que a Venezuela está de fato limitando sua cooperação internacional no combate ao terrorismo, da mesma maneira que igualmente pouco se mostra nas acusações contra Cuba.²⁴ Na verdade, sem querer invalidar os esforços multilaterais no combate mundial a esse

²¹ Tradução livre de: “Terrorism in the Western Hemisphere was primarily perpetrated in by narcoterrorist organizations based in Colombia and by the remnants of radical leftist Andean groups. With the exception of the United States and Canada, there are no known operational cells of Islamic terrorists in the hemisphere, although scattered pockets of ideological supporters and facilitators in South America and the Caribbean lent financial, logistical, and moral support to terrorist groups in the Middle East. Cuba remained a state sponsor of terrorism, while Venezuela virtually ceased its cooperation in the global war on terror, tolerating terrorists in its territory and seeking closer relations with Cuba and Iran, both state sponsors of terrorism.” Cf. U.S.D.S. (United States Department of State), Country Reports on Terrorism (released by the Office of the Coordinator for Counterterrorism), Washington D. C., 28 de abril de 2006. Disponível, em <http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/2005/64346.htm>. Acessado em, 2 jun. 2006.

²² Presença militar dos EUA no Paraguai preocupa vizinhos, *Terra Notícias*, 26 de setembro de 2005. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI683177-EI294,00.html>. Acessado em, 2 jun. 2006.

²³ Tradução livre de: “Venezuelan cooperation in the international campaign against terrorism remained negligible”, cf. U.S.D.S. (United States Department of State), Country Reports on Terrorism (released by the Office of the Coordinator for Counterterrorism), Washington D. C., 28 de abril de 2006, disponível em, <http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/2005/64346.htm>, acessado em, 2 jun. 2006.

²⁴ Marcos Alan Ferreira: “A política dos Estados Unidos para Cuba nos mandatos de Bill Clinton e George W. Bush: continuidades em um contexto internacional de mudanças”, *Observação da Conjuntura do Observatório das Relações Estados Unidos-América Latina*, São Paulo, set. 2005, disponível em, <http://www.unesp.br/santiagodontassp>, acessado em, 2 jun. 2006.

mal chamado terrorismo, vale salientar que o *decision-maker* que utiliza a palavra "terrorismo" necessariamente carrega sua própria visão sobre este conceito, eventualmente deixando de lado as evidências empíricas que determinado país apóie realmente essa prática detestável que hoje permanece presente no cenário internacional. Desta maneira, não podemos perder de vista a subjetividade que o termo "terrorismo" carrega, especialmente no contexto atual.

Conclusão

A política externa do primeiro ano do segundo mandato de George W. Bush está direcionada, em grande medida, para a solução das questões surgidas em torno do Iraque e do terrorismo no Oriente Médio. Isso não significa, no entanto, um descarte total do continente americano. Se na parte econômica os Estados Unidos diversificaram suas propostas, tornando a ALCA uma opção multilateral que não descarta acordos bilaterais em desenvolvimento com vários países, no que se refere à segurança parece estar havendo a transposição, para a América Latina, dos conceitos criados para lidar com as novas ameaças enfrentadas pelos norte-americanos, tais como "Estados falidos".

Sofrendo o impacto dessas denominações controversas, os países da América Latina, que parecem estar cada vez mais coagidos ao ideal norte-americano de governo justo e ordeiro, tendo sempre como pressuposto uma economia de mercado liberalizada, deva talvez encontrar uma equação que refaça o tripé que apóia a retórica norte-americana de corrupção, instabilidade e ideologias que desembocaria em terrorismo, para pensar na elaboração de projetos nacionais próprios que não os vinculem a opções que são alheias às suas necessidades de desenvolvimento e justiça social.

(Viene de la página 91)

Pastor, Robert (2001): *Toward A North American Community: Lessons from the Old World for the New*, Institute for International Economics, Washington, D. C., 224 pp., en http://bookstore.iie.com/merchant.mvc?Screen=PROD&Product_Code=331

Council on Foreign Relations, Canadian Council of Chief Executives & Consejo Mexicano de Asuntos Internacionales (2005): *Building a North American Community, Independent Task Force Report No. 53*, New York, 176 pp., en <http://www.cfr.org/publication/8102/>

Presidencia de la República (2005): *Alianza para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte*, documento oficial disponible en versión electrónica, en www.aspan.presidencia.gob.mx/?module=download&id=75